



Anais da Assembléia

Nº 100

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1997
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Selme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppico, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a dispensa de Discussão e Votação da Redação Final dos Projetos de Lei nºs 209/97, 219/97 e 246/97.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

REQUERIMENTO Nº 1486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a anexação do Projeto de Lei nº 138/97 ao Projeto de Resolução nº 010/97.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.06.97

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 1480

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

REQUERIMENTO Nº 1481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de pesar a Família MARANHÃO, pelo falecimento do Desembargador GUILHERME

MARANHÃO aos 81 anos, ocorrido no dia 17 de junho do corrente, às 09:00hs em Curitiba.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente a família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de Congratulações à Liga das Associações Culturais de Assaí pela realização da 54ª EXPOASA - Exposição Agropecuária de Assaí nos dias 21 e 22 de junho.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Mesmo tendo que superar toda sorte de dificuldades, seja no campo financeiro, como no que tange às instalações e espaço, aliado à disponibilidade de tempo dos seus associados, a LACA conseguiu transformar-se num exemplar polo de atração e estímulo aos agricultores de toda a região circunvizinha ao Município de Assaí, digno de aplausos da admiração de toda a população norte paranaense, bem como dos órgãos governamentais.

Desta forma, Senhor Presidente, os votos de congratulações que ora requeiro, são uma demonstração de reconhecimento da sociedade, através desta Casa aos Associados da LACA.

REQUERIMENTO Nº 1476

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa (ACIPG), pela comemoração de seus 75 anos de existência.

Ao completar o Jubileu de Diamante a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa mostra-se mais forte do que nunca no tocante a luta pelo desenvolvimento e progresso econômico da cidade.

O destaque mais recente da ACIPG foi a promoção "Ponta Grossa é Mais", cujo objetivo foi promover a recuperação da paisagem urbana, opções de lazer, estímulo à geração de empregos, entre outras coisas.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, em nome de seu Presidente Renato Gomes Napoli, dos demais membros da diretoria, funcionários e associados, sito a Rua Comendador Miró - 860 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1479

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações pela comemoração do 60º aniversário da Associação Comercial e Industrial de Londrina - PR.

Requer ainda que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada à Associação Comercial e Industrial de Londrina-PR aos cuidados do Senhor ABÍLIO MEDEIROS JUNIOR, - digníssimo Presidente da entidade, sito à Rua Minas Gerais, 297 - CEP 86010-180.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 1482

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de Louvor, Congratulações e muito Aplauso ao Casal CECÍLIA PIENTA DE JESUS e ADÃO FERREIRA DE JESUS, que completou 25 Anos de União Conjugal, celebran-

do "BODAS DE PRATA". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1483

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de Louvor, Congratulações e muito Aplauso ao Casal ORLANDO e MARIA DE LURDES STEMBERG, que completou 50 Anos de União Conjugal, celebrando "BODAS DE OURO". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após oitiva do douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná e ao Senhor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com o objetivo de acatar sugestão no sentido de reduzir para 2% (dois por cento) a multa moratória, que incide no valor nominal das contas de água, emitidas pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, que atualmente é praticada e fixada em 10% (dez por cento), por inadimplência ou impontualidade, encargo penoso à população que vivencia uma economia que têm se mostrado estável.

REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após oitiva do douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Senhor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com o objetivo de acatar sugestão no sentido de reduzir para 2% (dois por cento) a multa moratória, que incide no valor nominal das contas de água, emitidas pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, que atualmente é praticada e fixada em 10% (dez por cento), por inadimplência ou impontualidade, encargo penoso à população que vivencia uma economia que têm se mostrado estável.

A presente solicitação é uma justa reivindicação da Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense, com sede em Paranavaí e, cremos, que de toda a população do Estado do Paraná, que tem colocada a sua disposição os serviços da SANEPAR, conforme demonstramos na justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em passado recente assistimos o crescente avanço da

espiral inflacionária, que corroa a moeda nacional e deteriorava as relações comerciais de todo gênero.

Em decorrência do elevado Índice inflacionário da época, a correção monetária era mantida em patamares de 50% a 70% e até superiores, como constatamos nos idos de 1989, e que em alguns casos, os juros eram até modestos, frente a índices tão elevados de correção mensal.

Assim, tornava-se impossível a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de qualquer contrato, principalmente naqueles denominados de contratos de adesão, estabelecidos por empresas públicas, que a custo do erário, mantêm serviços em potencial, do interesse e a disposição do cidadão e da coletividade, como as companhias de água e saneamento, as de energia elétrica e as de telecomunicações, que no Estado do Paraná, são respectivamente, a SANEPAR, COPEL e a TELEPAR.

A estabilidade da moeda nacional, trouxe novo ânimo à economia da nação e, o cotidiano, têm demonstrado que a memória daquelas práticas que ainda perduram em alguns setores da economia, transforma-se em fardo excessivo para a população em geral e em especial as mais carentes, que passou a não ter mais seu salário atualizado por qualquer índice de correção monetária, em que pese a inflação perdurar de maneira abrandada e sutil.

O Decreto nº 6504 de 18.01.90, trouxe nova redação para alguns artigos do Decreto Estadual nº 3926 de 17.10.88 ("Lei de Regulamento de serviços prestados pela SANEPAR"), em especial os que abaixo destacamos:

Art. 43 - As contas cujo o pagamento não seja efetuado até o vencimento, estarão sujeitas ao acréscimo da variação da correção monetária no período entre o vencimento e o efetivo pagamento, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento.

Parágrafo Único - A correção monetária a que se refere o "caput" deste artigo será calculada com base nos índices de variação do Bônus do Tesouro Nacional - BTN, ou outros índices que venham a substituí-lo.

(grifo nosso)

e ainda, do mesmo regulamento

Art. 55 - As contas não quitadas até a data do seu vencimento, independentemente da categoria de uso, serão majoradas pela aplicação da multa moratória de até 1,5 (um vírgula cinco) vezes a variação do Bônus do Tesouro Nacional - BTN, ou outros índices oficiais que venham a substituí-lo, nunca sendo inferior a 10% (dez por cento), que incidirá sobre o seu valor nominal.

Com esta referência demonstramos a desconformidade do texto legal, em face da atual realidade econômica.

Em passado recente, o Governador do Estado do Paraná autorizou a SANEPAR, entre outras providências, a majorar suas tarifas no percentual de 16,5% (dezesseis vírgula cinco por cento), através do Decreto nº 2556, de 14.11.96.

Apesar do referido Decreto ter sido publicado, no período em que o Plano Real já se encontrava sedimentado, o mesmo se manteve silente no que se refere a redução da multa moratória por atraso ou inadimplemento, que ficou mantida em 10% (dez por cento) prevalecendo desta forma o prescrito pelo Art. 55 do Decreto nº 3926, referenciado retro.

Cabe ainda aludirmos, que o parágrafo primeiro do Art. 52 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90), alterada recentemente pela Lei nº 9298/96 passou a ter a seguinte redação:

Art. 52 - (...) no fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor as multas moratórias não poderão ser superiores a 2% (dois por cento) do valor da prestação (...)

Em vista deste texto de lei, o entendimento é pacífico. A aplicação deste índice para as multas moratórias não se aplica ao caso em questão, vez que são tarifas e não envolvem operação de crédito ou concessão de financiamento, daí o texto legal referir-se ao termo "valor da prestação" salvo nas situações em que (onde haveria aplicabilidade a contrário senso, e, no caso específico da SANEPAR), o usuário inadimplente efetua um acordo para parcelamento de seus débitos já vencidos.

Consideramos ainda, que em vista do Plano de Estabi-

lização Econômica (Plano Real), e por ser a SANEPAR uma empresa onde o Governo do Estado do Paraná figura como majoritário, a prática de aplicar o Índice de 10% (dez por cento) a título de multa moratória sobre o valor nominal do débito por atraso ou inadimplência, adquire tino de prática abusiva, ao senso dos cidadãos e, interpretação semelhante também torna-se tendenciosa pelos Órgãos do sistema de Proteção ao Consumidor.

É de conhecimento geral que, recentemente, a Telecomunicações do Paraná - Telepar reduziu a multa moratória para o Índice de 2% (dois por cento) por mero ato administrativo do Ministério das Comunicações (portaria), e que igual providência foi adotada pela COPEL, regulado por normatização do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, medidas que tiveram ampla acolhida dos consumidores dessas companhias.

É também de conhecimento geral que outras companhias de outros Estados da Região Sul adotaram medida semelhante, que vem beneficiar seus consumidores.

Pelo exposto, seria medida benéfica que Poder Executivo, do Estado do Paraná abrigasse a iniciativa requerida, junto a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, e a Secretaria de Estado a qual está ligada esta empresa, para reduzir a multa moratória por impontualidade ou inadimplência, para 2% (dois por cento), índice que entendemos como salutar e adaptado a nova tendência da economia nacional.

REQUERIMENTO Nº 1484

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Dilton Carlos Eduardo França, Promotor regional da República, apoiando a instalação do Tribunal Regional Federal no Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Hoje existe um grande acúmulo de ações a serem julgadas, o que acarreta morosidade nos julgamentos e como consequência desgaste ao Poder Judiciário.

Além desse fator é também importante salientar a distância entre o Paraná e Porto Alegre, acarretando gastos maiores para as partes envolvidas.

Por si só estes argumentos bastariam, mas existem inúmeras outras que não entraremos no mérito, para apoiar a instalação do Tribunal Federal Regional do Paraná. Apoiamos.

REQUERIMENTO Nº 1487

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento solicitando providência para a liberação de dez mil (10.000) toneladas de calcário, até o mês de julho, para os agricultores do Município de Palmeira, conforme pedido já encaminhado pela Prefeitura Municipal àquela Secretaria.

Requer, ainda, que seja analisada a possibilidade de liberar mais dez mil (10.000) toneladas, em vista da quantidade anteriormente solicitada ser insuficiente para atender os produtores rurais do município.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Os produtores rurais necessitam do calcário até o mês de julho para que possam preparar a terra para o plantio da próxima safra nos meses de agosto e setembro.

REQUERIMENTO Nº 1488

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente solicitando auxílio para o Programa de Lixo Reciclável Doméstico, desenvolvido em Telêmaco Borba, neste Estado, pelo Centro de Promoção Humana de Telêmaco Borba, conforme projeto anexo.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Promoção Humana de Telêmaco Borba desenvolve desde 1991 o Programa "Lixo que não é lixo" em parceria com a Prefeitura Municipal e a Indústria Klabin. Com recursos próprios adquiriram prensas de latas e papel e moinhos de vidros e plásticos.

Atualmente o maior problema é com a coleta. Para tanto desenvolveram projetos que visam solucionar esse entrave e ampliar o programa, conforme projeto anexo.

REQUERIMENTO Nº 1485

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Hitoshi Nakamura, Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando, lista das obras realizadas (concluídas), desde o início do atual governo até a presente data. Especificando: obra, local, valor despendido na obra e na indenização da terra quando foi feito o nome da empresa construtora. Especificar também, por obra o montante pago e o saldo a pagar.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 292/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica estendida aos professores de Ensino Superior, da classe Titular, nível IV, ativos e inativos da Faculdade de Artes do Paraná e da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, a gratificação de incentivo concedida aos Docentes Catedráticos pela Lei nº 11.717, de 07 de maio de 1997, e pelos arts. 16, V e 36, da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997.

Art. 2º - Os professores para serem beneficiados por esta lei deverão apresentar requerimento à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para análise, e posterior encaminhamento à Secretaria de Estado da Administração, anexando os seguintes comprovantes:

- a) do reenquadramento como Titular, nível IV;
- b) da certidão do cumprimento de 3/4 (três quartos) do tempo necessário para efeito de aposentadoria integral;
- c) e/ou ato de aposentadoria.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a exigência contida no art. 1º, da Lei nº 11.717, de 07 de maio de 1997, no que tange à anterioridade à Constituição Federal de 1967, revogada a exigência contida no art. 2º, da mesma lei, quanto ao tempo de serviço, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com o inciso VIII, do art. 53, da Constituição Estadual, que atribui competência à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sanção do Governador do Estado, dispor sobre a fixação de remuneração na Administração Direta, é que propomos o presente projeto de lei.

As Constituições da República e do Estado rezaem respectivamente em seus artigos 39, § 1º e 33, § 2º, que a lei assegurará aos servidores da Administração Direta a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes, do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho. Ao se estabelecer um paralelismo entre as funções docentes do cargo de professor catedrático e as de professor titular, se verifica que ambas são rigorosamente as mesmas.

Por outro lado, a nomenclatura CATEDRÁTICOS se

encontra em desuso. A expressão atual é de TITULAR. Tanto os catedráticos quanto os titulares e professores de outras classes (Auxiliares, Assistentes e Adjuntos) ingressaram no Magistério Superior através de Concurso de Provas e Títulos e tiveram seus currículos avaliados pelo Conselho Federal de Educação ou Conselho Estadual de Educação, recebendo destes pareceres de aceitação.

O Estado do Paraná, embora tardiamente, reconheceu a situação "sui generis" dos professores das entidades neste projeto citadas, quando os enquadrou no cargo de titular, nível IV, através de Resoluções do Secretário de Estado da Administração, face aos Pareceres da Procuradoria Geral do Estado, em 1993 e 1994, e recentemente pela Lei nº 11.718, de 07 de maio de 1997.

É necessário se fazer justiça, dando-se o mesmo tratamento dado pela Lei nº 11.717, de 07 de maio de 1997, aos titulares das entidades supra citadas, embora não exista similitude quanto às exigências da mesma lei, em seu artigo 1º, no que tange à nomenclatura do cargo (catedrático) e a anterioridade das nomeações à promulgação da Constituição Federal de 1967, contudo ela se faz evidente no ponto essencial da questão, que é o das funções e atribuições idênticas as do catedrático e/ou titular, suficientes para assegurar, pelo art. 39, § 1º, da Constituição Federal.

Outrossim, o projeto em tela não objetiva o pagamento retroativo, como pode parecer à primeira vista, mas tão somente a partir da data da publicação no Diário Oficial do Estado da presente lei.

Pois, é da nossa intenção aclamar JUSTIÇA aos professores da Faculdade de Artes do Paraná e da Escola de Música e Belas Artes e lhes fazer valer o preceito constitucional embasador da nossa proposição, fruto do desejo de uma sociedade democrática e de direito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos ao horário das lideranças.

Horário das lideranças: PSDB, PFL, PT, PTB, PPB, PMDB, PL, PDT e liderança do governo. (Todos Declinam)

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente,

Srs. Deputados, A razão de estarmos comparecendo à tribuna na tarde de hoje diz respeito a uma manifestação nossa no dia de ontem que queremos reprisar no dia de hoje e desta feita na forma de cumprimento aos Deputados Estaduais que participam da Comissão de Constituição e Justiça e especialmente aos Deputados que compareceram à sessão extraordinária convocada que foi pelo Presidente Joel Coimbra no dia de hoje. Ainda hoje na parte da manhã tivemos uma audiência com o Secretário Hermas Brandão na companhia do companheiro José Tavares quando fomos tratar com ele alguns assuntos de interesse dos nossos Municípios mas principalmente para conversarmos a respeito da Mensagem do Governador Jaime Lerner do Projeto de Lei nº 285 que encontra-se tramitando nesta Casa que era para ter sido relatado no dia de ontem mas, ontem não foi possível haver a reunião mas, graças à sensibilidade do Presidente Joel Coimbra, graças à sensibilidade do Líder do Governo Valdir Rossoni e, repito, dos Deputados que integram aquela comissão e que da reunião participaram hoje, será possível já no dia de amanhã conforme já combinado e ajustado com o Presidente Anibal Khury alguns minutos atrás, votarmos o Projeto de Lei nº 285 que autoriza o Governo do Estado a criar na estrutura do quadro de pessoal da Secretaria da Agricultura mais cem vagas de médico-veterinário, e quarenta de engenheiros agrônomos, para que possamos de fato e verdadeiramente demonstrar ao Ministério da Agricultura e aos organismos internacionais que nós no Paraná estamos preocupados em desenvolver sim um programa voltado à defesa agropecuária do nosso Estado. Todos sabemos as dificuldades econômicas, os prejuízos que o Paraná teve com a implantação da barreira sanitária de Santa Catarina em relação ao Estado do Paraná, todos sabemos até a humilhação pela qual passaram os nossos produtores e as nossas autoridades em função dessa portaria do Ministério da Agricultura que estabeleceu a barreira sanitária. E nós que hoje assistimos Santa Catarina ser considerado zona livre de febre aftosa, portanto podendo exportar livremente para os mercados internacionais seus produ-

tos de origem pecuária nós do Paraná assistimos a isso muitas vezes até com tristeza, mas com muita expectativa e muita esperança de que possamos já para o ano que vem conquistar esse dispositivo. Os organismos internacionais irão realizar no Paraná já a partir do ano que vem uma série de exames, uma série de medidas, para que o Paraná possa através de exame sorológicos ter atestado a sanidade do seu rebanho e com isso obter também esse certificado de zona livre de febre aftosa, zona livre de doenças que são combatidas com veemência pela comunidade européia, pela comunidade internacional. E o primeiro passo dentro desse plano que há alguns dias levamos a Brasília junto com o Secretário Hermas Brandão, junto com o Deputado Augustinho Zucchi, com o Presidente da OCEPAR, com o Presidente da FAEP, com o Delegado do Ministério da Agricultura no Paraná, uma das primeiras coisas é a necessidade de estruturarmos o quadro de veterinários e agrônomos para que possamos fazer uma verdadeira defesa sanitária no Estado do Paraná. Por esta razão quero agradecer aos Deputados integrantes da CCJ, agradecer aos Deputados que lá compareceram, ao Líder Valdir Rossoni, ao Presidente da CCJ Joel Coimbra, e agradecer ao Presidente Anibal que já nos autorizou a solicitar ao Presidente Zuk, que preside a sessão, para que inclua na Ordem do Dia de amanhã, para que amanhã e segunda-feira possamos ter essa matéria aprovada, para que ela possa ser sancionada já na terça-feira, e que na quarta-feira da próxima semana, dia 25, quando retornaremos a Brasília para uma nova audiência com o Ministro, possamos chegar lá e dizer: "olha, o primeiro item que foi estabelecido como compromisso do Paraná já está sendo cumprido, já está cumprido de parte do governo, da Assembléia Legislativa e da Secretaria da Agricultura. Portanto, vamos amanhã com toda certeza aprovar esta matéria que é da maior importância para todo o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem concedo a palavra ao Ilustre Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Uso o horário da explicação pessoal nesta tarde para anunciar com muita honra a presença nesta Casa no dia de hoje do Deputado Estadual Flávio Kutz, Líder da Bancada do PT no Rio Grande do Sul, companheiro de muito tempo, foi exilado político por mais de quatorze anos, escritor, um livro maravilhoso que conta a história de seu exílio, foi Vereador em Porto Alegre, Deputado duas vezes. Hoje é o Líder da Bancada do PT. E convidamos o Flávio para vir ao Paraná discutir conosco a questão das montadoras, porque no Rio Grande do Sul, diferente do Paraná, o Governo do Estado forneceu informações ao povo rio-grandense, ao povo gaúcho sobre o contrato do protocolo de intenções firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e a General Motors. E a partir destas informações está se travando em todo o Rio Grande um debate intenso, profundo sobre o modelo de desenvolvimento daquele Estado. Debate, que, aqui, gostaríamos de travar no Estado do Paraná.

Convidamos o Deputado Flávio Kutz para isso. Ontem, ele esteve reunido no Sindicato dos Engenheiros do Paraná, com entidades sindicais, entidades do Estado Civil, Deputados, dirigentes partidários, do PMDB, do PSDB, do PC do B, do PT, se reuniram, hoje, de manhã, com a nossa Bancada. E, queríamos convidar todos os Deputados desta Casa, para que logo após a sessão, no seu encerramento, no salão nobre, o Deputado Flávio Kutz vai dar uma coletiva à imprensa paranaense. Gostaríamos de convidar todos os Deputados para discutir, porque são questões semelhantes.

Hoje, também, nesta tarde, temos uma audiência marcada com o Presidente do Tribunal de Justiça. Estamos entrando, não só a Bancada do Partido dos Trabalhadores, não só os cinco Deputados da nossa Bancada, mas outros Deputados: o Deputado Pessuti, Caio Quintana, Romanelli, Deputados do PMDB, o Diretório do PMDB, através do seu Presidente, o Presidente do PT, do PSDB, do PC do B, um mandado de segurança exigindo as informações sobre o contrato assinado pelo governo do Estado e a Renault.

Essa exigência básica, que estamos fazendo, porque é sem dúvida nenhuma o direito da informação, os princípios basilares do estado democrático, o estado de direito, iniciamos esta ação através do nosso advogado, citando este grande cientista político italiano Norberto Bobio, que em missão magistral sobre o tema, no livro o Futuro da Democracia, em 1986, diz que nos modelos políticos que consagram a democracia, espaço possível reservado ao Ministério. Quem cita o Norberto Bobio é o Ministro Célso Mello, do Supremo Tribunal Federal, em acordo, onde ele diz que o novo estatuto político brasileiro, que rejeita o poder que oculta, não tolera o poder que se oculta, consagrou a publicidade dos atos e das atividades estatais com valor constitucionalmente assegurado, disciplinado com expressa ressalva para situações de interesse público, entre os direitos e garantias fundamentais.

Temos batido e reprisado nesta tecla, é cláusula pétrea na Constituição Brasileira o direito da informação, não só do Deputado, Senador, mas do cidadão deste País. E, por isso é que exigimos, em nome do nosso direito, em nome do estado democrático, que estamos vivendo, e assim se espera, que o governo do Estado forneça ao povo do Paraná as informações para que possamos aí sim, analisar com profundidade esse modelo, pelo o que se está se implantando não só no Paraná, mas em todo o Brasil, em que grandes empresas, as maiores empresas do mundo, o poder capitalista mundial, concentrado em poucas empresas está ganhando muitos recursos do Estado, enquanto faltam recursos para a educação, para a saúde, para a empresa brasileira, para a pequena e média empresa, para a agricultura, principalmente, para a agricultura familiar, que passa já há décadas por um processo de degradação, provocando o êxodo rural, a miséria da cidade.

Então, em nome desse direito, o fundamental, é que nós hoje, às 17:30, temos uma audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. E, estamos agora entrando com um mandado de segurança assinado, não pelos Deputados do PT, mas também pelos Deputados do PMDB, de outros partidos, e dirigentes partidários.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Projetos que necessitam de apoio, dos seguintes Deputados: Aníbal Khury. **Apoiado.**

Requerimento solicitando a realização de Sessão Extraordinária, logo após a sessão. **Aprovado.**

Convido a todos para isso, agradecendo a presença de mais uma vez, enaltecendo a honra que temos de enaltecer, aqui, nesta tarde, o nosso companheiro Flávio Kutz. Convido todos os Deputados e a imprensa paranaense para que possam conversar com o companheiro, aqui, no salão nobre desta Casa.

Muito Obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 035/97, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Ensino de 1º Grau Regular e 2º Grau Supletivo, na Cidade de Ubatuba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 035/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva" - Ensino de 1º Grau Regular e 2º Grau Supletivo, com sede e foro no Município de Ubatuba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.06.97.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
RENATO ADUR - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 155/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Figueira. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 155/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" - APAE, com sede e foro no Município de Figueira.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.06.97
(aa) CESAR SELEME - Presidente
RENATO ADUR - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 185/97, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios da Região Centro Oeste do Paraná - AMCOPAR, com sede e foro no Município de Guarapuava. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 185/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a "Associação dos Municípios da Região Centro-Oeste do Paraná" AMCOPAR, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.06.97.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
RENATO ADUR - Relator

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a creche Vitória Stefania Barbon com sede no Distrito de Santa Maria - Município de Alto Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª discussão.

Em votação a Emenda. **Aprovada a Emenda**, consequentemente incorporada ao bojo do Projeto 192/97. **Aprovado o projeto e a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 11.509, de 10 de setembro de 1996, que criou o Município de Ariranha do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto nº 138/97 para ser anexado ao Projeto de Resolução nº 010/97. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/97.

Sobre o mesmo requerimento anexando ao Projeto de Resolução nº 010/97, Retirado da Ordem do Dia para ser incorporado.

Requerimento do Deputado Pessuti requer a retirada do item nº 5 da Ordem do Dia da Sessão de hoje a anexação do Projeto de Lei nº 138/97 para ser anexado ao Projeto de resolução nº 10/97. **Aprovado.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores e Produtores de Queimadas, com sede e foro no Município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/97, de autoria do Deputado Albanor Gomes, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Segismundo Gradowski. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/97, de autoria do Deputado José Tavarés, que declara de Utilidade Pública a Associação de Poetas Japoneses Haikai, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/97, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Roque, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **EMENDA DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a

Associação de Moradores Uberaba de Baixo, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São Braz, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 85, em 02.06.97)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 243/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São Braz, com sede e foro no Município de Curitiba - Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, em relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação Rural de Manduri, com sede e foro em Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 87, em 04.06.97)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 256/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado João Techy Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Rural de Manduri, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CESAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimento nº 1475, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1476, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1477, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1478 e 1480, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1479, de autoria da Sra. Deputada

Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1481, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1482 e 1483, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1484, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1485, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em votação.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1487 e 1488, de autoria do Sr. Deputado Pêrcles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1469, 1470 e 1471, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. Retirado pelo Autor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier, ao Requerimento com discussão da última Sessão.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Srs. Deputados,

São 3 Requerimentos da nossa autoria que estão na Mesa para serem votados com discussão adiada. Um deles propõe a convocação do Secretário de Meio Ambiente e de Turismo para debatermos a Costa Oeste e os Jogos da Natureza.

Em acordo com o Líder do Governo, o Secretário de Esporte e Turismo já está com a data marcada para vir a uma Comissão de Turismo, e o Secretário Histochi Nakamura encaminhamos juntos ao Líder do Governo, dele vir também em debate na Comissão de Meio Ambiente. Nesse sentido nós retiramos este Requerimento porque está garantida a presença dos dois Secretários em Comissões. Sobre os dois Pedidos de Informações restante, em conversa com o Líder do Governo, o Governo antecipará as respostas, já para a semana que vem. Então, com esse acordo nós também retiramos ambos os Requerimentos, e na semana que vem, ao recebermos, a gente analisa e se necessário for nós reapresentaremos ou voltamos a falar com a Liderança do Governo.

E por último Senhores Deputados, quero convidar todos, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, para acompanharem a entrevista coletiva que será dada pelo Líder da Bancada do PT na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na qual vai explicitar as condições com que foram feitos os acordos, o termo de compromisso com a GM para ser instalada naquele Estado. Será no nosso salão nobre, logo após o encerramento da Sessão. Convido a todos os Srs. Parlamentares, independente de que Partido for para acompanharem, e inclusive depois um bate-papo com o Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Flávio Kuitzi, que se encontra em nosso meio, para esse debate logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de conceder a palavra Pela Ordem ao Deputado Sérgio Spada, a Mesa se congratula com o ilustre Líder do Governo e o Deputado Florisvaldo Fier, pela clarividência do entendimento havido nessas proposições do ilustre Deputado.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, é para registrar essa atitude de bom senso do Deputado Rosinha, e particularmente com relação ao Requerimento que convoca o Secretário de Turismo para vir discutir Costa Oeste, jogos da natureza, e comunicar a Casa, parti-

cularmente a Comissão de Turismo, que está efetivamente agendado para quarta-feira às 10:00 hs da manhã, na sala das Comissões uma audiência com o Secretário de Turismo e também com o Secretário de Transporte o Senhor Hans Herwig, que até recentemente era o Secretário Executivo dos jogos da natureza. Então aproveito a oportunidade para me congratular com o Dr. Rosinha que está preocupado com essa questão, tanto quanto eu, e também convido todos os Parlamentares, particularmente os membros da Comissão de Turismo para esse importante evento da Casa. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente justificado e endossado.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Sr. Presidente, com muita honra quero registrar a presença do meu irmão, Prefeito do Município de Luisiânia do PDT Wilson Tureck, juntamente também com o Presidente da Câmara o Vereador Armando, o Vereador Derci, o Presidente da AMP da Escola Dalto da Silva Rocha de Luisiânia, o Senhor Valdemar, o Diretor da Escola, Professor Agenor, o assessor da Prefeitura, o Juca, e também o Engenheiro da Prefeitura Municipal de Luisiânia o Gilmar. Também na presença da comitiva o nosso Prefeito de um dos mais novos municípios do Estado do Paraná de Quarto Centenário, que é o Prefeito do PSDB, o Sr. José Pascoal.

Gratos pela presença, não poderia de forma alguma como Parlamentar, Deputado da Região, de registrar a ilustre presença daqueles que querem o desenvolvimento do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa se associa com as ilustres presenças nominadas pelo Deputado Nelson Tureck que em explicações pessoais deu o seu depoimento.

Concedo a palavra Pela Ordem ao Deputado Nereu Moura, e em seguida a palavra volta ao Deputado Nelson Tureck para explicações pessoais.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Só quero registrar a presença do meu amigo Vereador Onilson Bittencourt, Município de Saudade do Iguaçu e cravado no nosso querido Sudoeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado e associado com a Mesa Executiva. Passo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Tureck por dois minutos.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para registrar hoje, dizer que o Estado do Paraná recebeu uma comitiva de 25 Jornalistas de outros Países, vieram a Campo Mourão acompanhado do Secretário da Habitação Dr. Raphael, para ver as obras do novo olhar do teto dessas casas do Governo Jaime Lerner. São as casas de autoconstrução, de autogestão é a casa feliz, não só esse tipo de obra, que é a alegria, felicidade do nosso trabalhador, poque a gente vê a alegria quando nós inauguramos, não só em Campo Mourão, mas em toda a região esse novo programa da Habitação, nós também junto com essa Comitiva participamos da Vila Rural, onde eles vieram conhecer o Projeto, e saíram muito contentes. Dentro também dessa programação eles visitaram obras da FUNDEPAR, obras financiadas pelo Banco Mundial, onde nós temos obras que foram realizadas lá no Município do nosso Deputado Edson Guimarães, lá em Campo Mourão, Roncador e também no Município de Juranda.

Então isso nos orgulha muito, de ver jornalistas de outros países, de 25 países, virem ao Paraná para verem as obras. E ao mesmo tempo, agradecer aos Deputados que aprovaram o Projeto de suma importância, que vêm de encontro a industrialização do Estado do Paraná que foi o projeto nº 222/97, que cria o Pólo da indústria de alimentos no Município de Campo Mourão, e para toda a região Centro Oeste.

Nós temos a certeza, Srs. Deputados, que ao invés de nós comprarmos em um supermercado alimentos que vão a

mesa do trabalhador, que vem do Rio Grande, que vem de Santa Catarina, que vem de São Paulo, o Paraná vai fazer a sua transformação com a industrialização, com o apoio do Governo Jaime Lerner, e é nós que vamos industrializar no Paraná, porque nós temos as melhores terras férteis, porque tudo o que se planta dá. Nós vamos vender para o Paraná, vamos vender para o Brasil, vamos exportar para outros países que vão conhecer os produtos de primeira qualidade do Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término desta, com a seguinte

O R D E M D O D I A :

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 179, 210 e 226/97

Marca ainda, uma sessão ordinária para quinta feira, dia 19, às dez horas, com a seguinte

O R D E M D O D I A :

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 205, 227 e 230/97

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 243 e 256/97

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 104, 129, 232, 238, 257, 277, 279 e 285/97

Levanta-se a sessão.